


Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2826410220200831083506

Recurso 0831119-36.2019.8.23.0010 ☆ - (13 dia(s) em tramitação)

Órgão Julgador: Câmara Cível em Composição Reduzida
Relator: Tânia Maria Brandão Vasconcelos
Classe Processual: 198 - Apelação
Assunto Principal: 4847 - Seguro
Matéria: Matéria Genérica das Turmas Cíveis
Nível de Sigilo: Público
Árvore Processual:  Processo: 0831119-36.2019.8.23.0010 - Procedimento Ordinário
Recurso: 0831119-36.2019.8.23.0010 - Apelação Cível

Dados do RecursoPartesMovimentaçõesMovimentações no 1º GrauApensamentosAções Vinculadas

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado☐ Servidor☐ Advogado☐ Membro MP☐ Defensor☐ Procurador☐ Outros☐ Audiência

☐ Inválidos☐ Sem Arquivo☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado☐ Defensor Público☐ Entidades Remessa☐ Juiz Recursal☐ Membro do MP/Delegado☐ Procurador☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

9 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 9

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div> 9	31/08/2020 08:35:06	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE AGRAVO INTERNO</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E PROVIDO (25/08/2020)</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
<div><div>9.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div><div>2654812AGRAVOINTERNO01.pdf</div></div><div>Público</div></div>			
8	26/08/2020 15:59:41	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 26/08/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 5) CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E PROVIDO (25/08/2020) e ao evento de expedição seq. 7.</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
7	25/08/2020 18:53:43	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 5) CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E PROVIDO (25/08/2020)</div>	<div>Eglys Regina Gomes Damasceno Batista</div> <div>Analista Judiciário</div>
6	25/08/2020 18:53:43	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de FABIO SOUZA DUARTE com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 5) CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E PROVIDO (25/08/2020)</div>	<div>Eglys Regina Gomes Damasceno Batista</div> <div>Analista Judiciário</div>
<div><div></div></div> 5	25/08/2020 11:19:15	<div>CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E PROVIDO</div>	<div>Tânia Maria Brandão Vasconcelos</div> <div>Magistrado</div>
4	17/08/2020 16:38:37	<div>CONCLUSOS PARA DESPACHO INICIAL DE RELATOR</div> <div>Para: Tânia Maria Brandão Vasconcelos</div>	<div>Sdaourleos de Souza Leite</div> <div>Analista Judiciário</div>
<div><div></div></div> 3	17/08/2020 16:38:37	<div>DISTRIBUÍDO POR SORTEIO</div> <div>Para Tânia Maria Brandão Vasconcelos - Câmara Cível</div>	<div>Sdaourleos de Souza Leite</div> <div>Analista Judiciário</div>
2	17/08/2020 14:07:51	<div>RECEBIDOS OS AUTOS</div> <div>Recurso Autuado Nº 0831119-36.2019.8.23.0010</div>	<div>Sdaourleos de Souza Leite</div> <div>Analista Judiciário</div>
1	17/08/2020 11:56:27	<div>REMETIDOS OS AUTOS PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA</div>	<div>Marques Leandro Pereira da Silva</div> <div>Analista Judiciário</div>



EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR TÂNIA VASCONCELOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

Apelação – 0831119-36.2019.8.23.0010

AGRAVANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

AGRAVADO: FABIO SOUZA DUARTE

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos do **RECURSO DE APELAÇÃO** em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Ex.^ª, interpor

AGRAVO REGIMENTAL

da r. decisão monocrática, na forma e termos que passa a expor.

DO CABIMENTO DO PRESENTE AGRAVO:

Dispõe o art. 1.021 do NCPC:

“Art. 1.021 - Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

§ 1º - Na petição de agravo interno, o recorrente impugnará especificadamente os fundamentos da decisão agravada.

§ 2º - O agravo será dirigido ao relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levá-lo-á a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta. [...]

Tendo sido conhecido e julgado monocraticamente o recurso, para dar provimento ao Recurso de Apelação.

DA SÍNTESE DOS FATOS E DOS HONORÁRIOS DESPROPORCIONAIS

Ofertando, de início, todo respeito ao MM. Juízo, entende a Seguradora Agravante que sucumbiu em parte mínima do pedido, devem as verbas relativas às custas judiciais, taxa judiciária e honorários advocatícios, serem suportadas pelo Agravado, de forma integral.

Nesse sentido, o disposto no artigo 86, parágrafo único do Código de Processo Civil/2015, *verbis*:

“Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único - Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.” (gn)

Ressalta-se, que o *caput* do dispositivo legal sobre que se versa faz expressa referência à distribuição proporcional das verbas sucumbenciais, o que, na presente hipótese, não ocorreu, pois, a v. Decisão de condenou a Agravante na parte mínima do pedido.

Portanto, repita-se, diante da sucumbência na parte mínima do pedido não há que se falar na condenação da embargante ao pagamento de custas e honorários advocatícios conforme disposto na d. decisão.

ADEMAIS, ATENTANDO-SE PARA OS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, CONSIDERANDO A CONDENAÇÃO DO VALOR PRINCIPAL FOI DE R\$337,50 E A SUCUMBÊNCIA IMPOSTA A AGRAVANTE NO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA (R\$13.500,00), O QUAL ALCANÇA A MONTA DE MAIS DE R\$1.300,00 (MIL E TREZENTOS REAIS), merece ser sanada a contradição acima mencionada, motivo pelo qual o presente recurso deve ser acolhido.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, **REQUER A AGRAVANTE QUE SEJA EXERCIDO O JUÍZO DE RETRATAÇÃO, PELA RELATORA E/OU QUE SEJA POSTO EM JULGAMENTO DESTE COLEGIADO PARA QUE CONHEÇA DO RECURSO DE APELAÇÃO, REFORMANDO A R. SENTENÇA POR SER MEDIDA DE INTEIRA JUSTIÇA, razão pela qual,** requer-se que seja reconsiderada a decisão que conheceu e deu provimento ao Recurso de Apelação monocraticamente;

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 28 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR